
**DO “DIÁRIO DO HOSPÍCIO” AO
“HOSPÍCIO É DEUS”: (RE) VISITANDO OS
DIÁRIOS DE LIMA BARRETO E MAURA
LOPES CANÇADO**

Edivaldo Rafael de Souza

Possui graduação em História pelo Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM). É Especialista em Metodologia do Ensino de Sociologia pelo Instituto Superior de Educação Ateneu (ISEAT). Pós-graduado em Biblioteconomia pela Faculdade Futura e graduando em Serviço Social pela Universidade Santo Amaro (UNISA). Atua no cargo de professor de educação básica de História na Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE-MG). E-mail: edivaldorafael007@gmail.com

DO “DIÁRIO DO HOSPÍCIO” AO “HOSPÍCIO É DEUS”: (RE) VISITANDO OS DIÁRIOS DE LIMA BARRETO E MAURA LOPES CANÇADO**DEL “DIARIO DEL HOSPICIO” AL “HOSPICIO ES DIOS”: (RE) VISITANDO LOS DIARIOS DE LIMA BARRETO Y MAURA LOPES CANÇADO**

Edivaldo Rafael de Souza

RESUMO

O presente estudo utiliza de um debate em torno do tratamento mental no Brasil durante o final do Século XIX e início do Século XX. Posto isso, são utilizados como marcos referenciais de pesquisa os diários escritos dentro de hospitais psiquiátricos do escritor carioca Lima Barreto e da escritora mineira Maura Lopes Cançado; fazendo, assim, distanciamentos e aproximações entre as obras. Entretanto, ressalta-se que ambos os livros discorrem sobre cenas do cotidiano enfrentadas pelos autores dentro desses locais. A partir disso, a pesquisa busca compreender, por exemplo, as relações dentro das instituições, o tratamento aos pacientes, e também fragmentos da vida e da obra dos autores supracitados.

PALAVRAS-CHAVE: Diário do hospício. Hospício é Deus. Lima Barreto. Maura Lopes Cançado.

RESUMEN

El presente estudio utiliza un debate sobre el tratamiento mental en Brasil a fines del siglo XIX y principios del XX. Dicho esto, los diarios escritos en hospitales psiquiátricos por la escritora de Río de Janeiro Lima Barreto y la escritora de Minas Gerais Maura Lopes Cançado se utilizan como puntos de referencia de investigación; haciendo así distancias y aproximaciones entre las obras. Sin embargo, es digno de mención que ambos libros hablan sobre escenas cotidianas que enfrentan los autores en estos lugares. A partir de esto, la investigación busca comprender, por ejemplo, las relaciones dentro de las instituciones, el tratamiento a los pacientes y también fragmentos de la vida y el trabajo de los autores antes mencionados.

PALABRAS CLAVE: Diario del hospício. Hospicio es dios. Lima Barreto. Maura Lopes Cançado.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa analisa e busca compreender diários escritos de dentro de hospitais psiquiátricos. Para isso, lançou-se mão dos livros *Diário do Hospício*, do escritor carioca Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922)¹ e de *Hospício é Deus – diário I*, da escritora mineira Maura Lopes Cançado (1929-1993)².

Ambas as obras foram escritas na cidade do Rio de Janeiro e retratam o cotidiano dos internos nas instalações de hospícios. Lima Barreto foi internado no ano de 1914. Maura Lopes Cançado passou por diversas instituições, mas descreve em seu livro, especificamente, a respeito de uma internação no Hospital Gustavo Riedel, no final de 1959 e início de 1960.

Diante disso, ressalta-se que, com a utilização dessas obras, pretende-se trabalhar como eram feitos os tratamentos dentro de tais instituições, os perfis de pessoas que eram internadas, as relações entre equipe dirigente e pacientes, bem como descortinar elementos da vida e da obra dos autores, ou seja, a pesquisa perpassa as escritas dos diários para obtenção de resultados mais significativos ao debate em torno do tema em foco.

Pretende-se, então, trabalhar com aproximações e distanciamentos elencados entre os autores dos diários supracitados, realizando, assim, uma análise que envolve diferentes tipos de fontes. Nesse sentido, o presente estudo irá ter como base obras de escritores renomados, médicos psiquiatras que são referências na área da psiquiatria, análises de sociólogos e historiadores, além de outras fontes que possam contribuir com o debate em torno dos hospícios brasileiros do final do Século XX e do início do Século XXI.

UMA SUCINTA DISCUSSÃO SOBRE A LOUCURA E OS HOSPITAIS PSIQUIÁTRICOS

Segundo Foucault, desde a Idade Antiga já existia certa preocupação do que fazer com o denominado “louco”. Mesmo nesse período já se começa a tentativa de cura dos indivíduos acometidos por tal enfermidade. Assim, “[s]em dúvida, desde a medicina grega, uma certa parte no domínio da loucura já estava ocupada pelas noções de patologia e as

¹ O autor publicou livros de bastante sucesso em todo o âmbito nacional, dentre suas obras, destacam-se: *Recordações do escrívão Isaiás Caminha* (1909), *Triste Fim de Policarpo Quaresma* (1915), *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* (1919) e *Os Bruzundangas* (1922).

² Além de *Hospício é Deus – diário I* (1965), Maura Lopes Cançado publicou a coletânea de contos intitulada de *O sofredor do Ver* (1968).

práticas que a ela se relacionam” (FOUCAULT, 1975, p. 53). O holandês Erasmo de Roterdã (1466-1536), em seu satírico livro intitulado *Elogio da Loucura*, publicado em 1511, remonta, também, desde a Grécia Antiga as práticas ligadas àqueles que eram tidos como não sendo “normais”, no entanto, para Roterdã (1982, p. 50) “[a] única diferença entre o louco e o sábio é que o primeiro obedece às suas paixões, o segundo à razão”.

Durante a chamada Idade Média, entre os Séculos V ao XV, muitos doentes mentais eram tidos como animadores de grandes platéias, que estavam interessadas no jeito peculiar da loucura. Já outros eram mantidos em locais separados. Porém, consoante a Foucault (1975, p. 54), ocorreu “[n]os meados do século XVII, brusca mudança; o mundo da loucura vai tornar-se o mundo da exclusão”. E no período do Renascimento, mais precisamente “[...] no século XV que se viu abrirem-se na Espanha inicialmente (em Saragossa), depois na Itália, os primeiros estabelecimentos reservados aos loucos” (FOUCAULT, 1975, p. 54).

Michel Foucault (1926-1984), em aulas ministradas entre os anos de 1974 e 1975 no *Collège de France*, discorre algumas vezes sobre os indivíduos que tinham doenças mentais, segundo o pesquisador, “[o]s novos procedimentos de disciplinamento do corpo, do comportamento, das aptidões abrem o problema dos que escapam dessa normatividade que não é mais a soberania da lei” (FOUCAULT, 2001, p. 415). Nesse sentido, os locais para os internos passam a possuir a necessidade de controle sobre todos os aspectos envolvidos em relação a esses indivíduos, seja eles físicos ou psicológicos.

Já em seu clássico livro *História da Loucura na Idade Clássica*, ele complementa que

[o] internamento não é um primeiro esforço na direção da hospitalização da loucura, sob seus variados aspectos mórbidos. Constitui antes uma homologação dos alienados aos outros correccionais, como demonstram essas estranhas fórmulas jurídicas que não entregam os insanos aos cuidados do hospital, mas os condenam a uma temporada neles (FOUCAULT, 1978, p. 129).

No Brasil, tais organizações de internatos para doentes mentais só foram consolidadas a partir do período imperial, de modo que “[e]las foram difundidas no Brasil, na segunda metade do século XIX, marcado pela inauguração do primeiro Hospício brasileiro – o Hospício Pedro II – na cidade do Rio de Janeiro, em 1852” (NASCIMENTO; LEON; PERIN, 2013, p. 24). Dessa forma, a construção de um espaço para abrigar somente aqueles que eram tidos como loucos foi bem recebida pela sociedade. Com isso, a Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro passa a não mais atender os doentes mentais. Como bem descreve Schwarcz (2017, p. 271), “[e]ra preciso separar os loucos dos outros doentes e ministrar-lhes tratamento

diverso em função da natureza agora reconhecida da moléstia”. Conforme Machado et al. (1978, p. 429), “[o] ‘palácio de guardar doidos’ tem, portanto, uma história. Não somente orgulho do Imperador, símbolo da civilização que se instala na capital, mas parte integrante do projeto normalizador da medicina”.

Com a construção do primeiro hospício no Brasil, não demorou muito e começaram a serem feitos novos locais pelo território nacional para a internação daqueles que eram tidos como indesejáveis na sociedade. Assim sendo, eram diversas pessoas que iam parar dentro de tais instituições. Alguns exemplos desses internatos são o Hospital Colônia (1903), que era localizado na cidade mineira de Barbacena; a Colônia Juliano Moreira (1924), construída em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro; o Asilo de Alienados do Juqueri (1898), que, posteriormente, mudaria de nome, sendo chamado de Hospital Psiquiátrico do Juqueri, sendo localizado no atual município paulista de Franco da Rocha; aliás, o nome da cidade está ligado ao médico psiquiatra Franco da Rocha, precursor da instituição.

No decorrer do Século XX, em diversos locais pelo mundo, estava se iniciando um processo de reformulação do tratamento oferecido aos pacientes tidos como loucos. Havia luta de organizações e também de pessoas³ engajadas na busca de um tratamento mais humanizado aos pacientes. Por conseguinte, tem-se o início da reforma psiquiátrica que modificava as estruturas hospitalares e as formas de tratamento convencionais. Foi, então, nesse período “[...] quando surgiram as primeiras iniciativas no sentido de transformar o hospital psiquiátrico em um espaço mais humano e menos cronificador” (JUCÁ, 2010, p. 322).

Félix Guatarri (1930-1992) escreveu, em 1981, no livro *Revolução molecular: pulsação política do desejo*, no capítulo Antipsiquiatria e antipsicanálise, sobre tais movimentos, o autor concorda que nessa época

[...] a antipsiquiatria marcou um início de conscientização, não só por parte do grande público, mas também por aqueles que se convencionou chamar de "os trabalhadores de saúde mental". A descoberta da articulação da repressão psiquiátrica com as outras formas de repressão foi, a meu ver, um fenômeno decisivo, cujas consequências estamos ainda por avaliar (GUATARRI, 1985, 129).

³ Dentre os nomes que reivindicavam essa mudança no tratamento aos doentes mentais, encontram-se: Franco Basaglia (1924-1980); Emil Kraepelin (1856-1926); José Bleger (1922-1972); Félix Guatarri (1930-1992); David G. Cooper (1931-1986); Thomas Szasz (1920-2012); Michel Foucault (1926-1984); e Ronald Laing (1927-1989).

No Brasil, esse movimento começou a ganhar notoriedade de forma tardia, a partir da segunda metade da década de 1970, quando em diversas cidades brasileiras começaram a serem organizados congressos que contavam com a participação popular, sendo difundidas as novas ideias advindas dos simpatizantes da nova forma de se pensar psiquiatria, indo de encontro às concepções dos ortodoxos, que pregavam a hospitalização e o internato como únicas opções de tratamento.

É importante ressaltar que já havia no Brasil alguns profissionais alinhados com as novas alternativas que eram testadas em outros países, dentre esses profissionais, pode-se destacar a médica psiquiatra alagoana Nise da Silveira (1905-1999)⁴, que era estudiosa da obra do psiquiatra suíço Carl Gustav Jung (1875-1961)⁵; com essa percepção, ela tentava diversificar os métodos em um hospital psiquiátrico no Rio de Janeiro, estimulando os internos a praticarem a psicoterapia, com a qual eles poderiam expressar, de forma artística, os seus pensamentos. Nise da Silveira organizou mostras de trabalho dos internos e esteve à frente da construção do Museu de Imagens do Inconsciente (MII), que foi inaugurado em 20 de maio de 1952, na cidade do Rio de Janeiro. Algum tempo depois, ela viria a publicar alguns livros que retratam a arte produzida pelos internos.

Ainda na década de 1970, no Brasil, surge o MTSM (Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental), que, em conformidade com Amarante (2016, p. 57) “[...] é o primeiro movimento em saúde com participação popular, não sendo identificado como um movimento ou entidade da saúde, mas pela luta popular no campo da saúde mental”. Ainda é crucial considerar também

[...] os últimos anos da década de 70 como sendo o início do atual movimento da reforma psiquiátrica. Nessa época, começa a se delinear um projeto tal que se inscreve nesta conjuntura histórica, com características conceituais distintas de outros projetos de transformação a ele anteriores ou contemporâneos (LOUGON, 2006, p. 143).

Em 1986, é fundado em São Paulo o primeiro CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), e, posteriormente, os NAPS (Núcleos de Atenção Psicossocial). Identifica-se

⁴ Para saber mais sobre as contribuições de *Nise da Silveira* para o tratamento em saúde mental no Brasil, ler: Melo (2009), dentre outros. Ver também o filme, *Nise: o coração da loucura*. Diretor: Roberto Berliner. Brasil: Imagem Filmes, 2005. 108 min.

⁵ “Nascido em 26 de julho de 1875, Carl Jung foi o psiquiatra suíço responsável por fundar a **psicologia analítica**, que explora a importância da psique individual e sua busca pela totalidade. Jung ajudou a popularizar termos comuns da psicologia, como ‘arquétipo’, o significado de ‘ego’ e a existência de um ‘inconsciente coletivo’. Seu trabalho influenciou vários campos além da psicologia, como a antropologia, filosofia e teologia”. Olhar: Abdo (2017).

que isso foi resultado de bastante empenho e dedicação dos movimentos da luta antimanicomial, que defendem em benefício ao doente mental a adoção de um local de tratamento digno e humano; visto que

[o] objetivo dos CAPS é oferecer atendimento à população de sua área de abrangência, realizando o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários. É um serviço de atendimento de saúde mental criado para ser substitutivo às internações em hospitais psiquiátricos (BRASIL, 2004, p. 13).

Há, ainda, divisões dentro do programa CAPS, uma vez que existem pontos voltados especificamente para o tratamento de crianças e adolescentes, uns com atendimento diurno, e outros com atendimento noturno. Outrossim, há também pontos para atendimento a usuários de álcool e drogas.

Em 2002, foi instituída a Portaria nº 336, de 19 de fevereiro de 2002⁶, que redireciona o tratamento mental no Brasil. Instituído as diretrizes para os CAPS e os NAPS em todo território nacional.

Vale salientar que o movimento em prol das reformas psiquiátricas no Brasil cresceu de tal forma que alcançou diversas áreas da saúde, assim como as áreas de movimentos sociais, que pregam a luta antimanicomial. Em 2001, ocorreu um dos mais importantes episódios relacionados a essa luta, quando foi sancionada a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001⁷, considerada pelas pessoas engajadas como um importante avanço no tratamento mental no Brasil. Sabe-se, ainda, que há pelo mundo diversas pessoas que estudam e elaboram novos tratamentos, e novas formas de se entender a doença mental.

Ademais, em consonância aos estudos praticados em relação a temas relacionados à área da saúde, de acordo com Santos, (2010, p. 261) “[é] cada vez maior o número de pesquisadores/historiadores debruçados sobre análise e interpretação histórica da trajetória da saúde em nosso país, desde os tempos coloniais até os dias de hoje”.

ANALISANDO E COMPREENDENDO OS DIÁRIOS DE HOSPÍCIO DE LIMA BARRETO E MAURA LOPES CANÇADO

⁶ Ver: Brasil (2002).

⁷ Consultar a referida Lei em: Brasil (2001).

Para a compreensão dos diários escritos em hospitais psiquiátricos, é interessante ressaltar alguns aspectos que levaram ambos os autores a terem contato pela primeira vez com tais instituições.

Afonso Henriques de Lima Barreto ainda na adolescência brincava e se divertia perto de grandiosas construções para esses fins; isso porque, João Henriques de Lima Barreto, pai do escritor, em março de 1890, pouco tempo após a Proclamação da República, “(...) foi obrigado a se reinventar: tornou-se escriturário e em seguida almoxarife das Colônias de Alienados da Ilha do Governador. Deve ter sido difícil para ele encarar o novo emprego, totalmente distinto da sua formação técnica como tipógrafo” (SCHWARCZ, 2017, p. 79).

Nesse processo de mudança, Lima Barreto e sua irmã Evangelina ficaram estudando no Rio de Janeiro, porém, frequentavam o local nos finais de semana. Todavia, os irmãos Carlindo e Eliézer e a criada Prisciliana se mudaram para a Ilha do Governador junto com João Henriques.

A respeito de tal episódio, Lilia Schwarcz (2017, p. 84) esclarece que “Lima Barreto ficaria para sempre impactado por essa infância peculiar vivida inteira na ilha. Mesmo que tenha continuado a residir no Rio, seus sábados e domingos eram na ilha, quando aproveitava para correr e se divertir mais livremente”. A vivência naquele local teria marcado toda a trajetória de vida do escritor⁸, já que “[o] certo é que os arredores da ilha serviram de inspiração para seu romance mais conhecido, *Triste fim de Policarpo Quaresma* (publicado pela primeira vez em 1911, na forma de folhetim)” (SCHWARCZ, 2017, p. 85). Ainda sobre as inspirações do autor, no livro em questão é possível identificar informações sobre

[o] Curuzu, o lugar para onde o protagonista da história se muda, apresenta muitos paralelos com a imagem que Lima guardou do local de infância. No sítio do seu herói não havia loucos por perto, a despeito de a loucura sempre rondar os romances, os personagens e a própria vida do escritor (SCHWARCZ, 2017, p. 85).

Dessa forma, entende-se que, mesmo antes de sua internação em hospitais psiquiátricos, o autor já havia tido contato com locais que abrigavam as pessoas tidas como “loucas”, ou tinham algum outro problema relacionado às normas de vida em sociedade, que era ditada de forma discriminada pelos sujeitos que se intitulavam “normais”.

Já a escritora Maura Lopes Cançado sofria com crises epiléticas desde a infância. Mas foi na adolescência que ela se internou pela primeira vez para tratamento em uma clínica

⁸ A vida e a obra de Lima Barreto estão presentes em duas biografias sobre o autor, ler: Barbosa (2002); e Schwarcz (2017).

particular em Belo Horizonte. O motivo da internação é que, de acordo com a autora, ela encontrava-se em estado de forte depressão, não querendo a convivência com os demais.

No início de seu livro ela começa lembrando o período da sua infância e adolescência⁹. Cançado (1979, p. 36) diz de si: “[m]as já fui rica, estudei em colégios caros, frequentei sanatórios caros, em minha casa fui adorada. Mamãe até me deu um avião de presente”. Ainda jovem, ao se mudar para o Rio de Janeiro¹⁰, a autora passaria a se internar em diversas instituições, primeiramente, particulares, posteriormente, públicas.

Sabe-se que os livros de escritores sobre o tema de saúde mental podem servir como fonte histórica; principalmente, os diários de hospícios. Com isso, em muitas ocasiões, “(...) é a fonte literária aquela que, ao meu entender, mais se aproxima de forma profícua das sensibilidades e das realidades que se exprimem nos delírios (nem tão delirantes assim) de seus personagens loucos”; defende Santos (2010, p. 268).

Lima Barreto, após estudar no Rio de Janeiro e se tornar um célebre escritor, tendo obras de grande repercussão nacional, foi internado pela primeira vez por seu irmão, em 1914, no Hospital Nacional de Alienados, antigo Hospício de Pedro II. Nesses locais eram internados não só doentes mentais, mas toda uma gama de pessoas que se portavam de modo não aceito pela sociedade tida como normal, ou até mesmo pessoas que possuíam algum vício em determinadas substâncias. No caso de Lima Barreto, a reclusão deveu-se a sua relação conturbada com as bebidas alcoólicas¹¹. Na cidade do Rio de Janeiro¹², local em que o escritor residia existia diversas tentativas de isolar, também, pessoas que viviam nas ruas e que acabavam fazendo algo que era tido como imoral, não sendo aceitos pelas autoridades, e por boa parte da população.

Em suas anotações intimistas, Cançado (1979, p. 28) afirma que “[e]star internado no hospício não significa nada. São poucos os loucos”. Concomitantemente, Barreto (2017, p. 109-110) registra em seu diário que “[h]á alguns que não são aparentemente doentes, mas que em dados momentos se denunciam em contrário. Os epiléticos, os sujeitos a certas manias que têm um delírio de tempos em tempos”. Percebe-se, portanto, que, dentro dessas instituições, pessoas que possuíam algum tipo de doença mental leve eram internadas

⁹ Para saber mais sobre a infância e a adolescência de Maura Lopes Cançado, ver: Souza; Santos (2017).

¹⁰ Olhar: Souza; Silva (2018).

¹¹ Para saber mais sobre a diversidade de indivíduos que eram internados nessas instituições, ler: Arbex (2013).

¹² A pesquisadora Magali Gouveia Engel escreveu um importante livro sobre o tratamento a essas pessoas na cidade do Rio de Janeiro nessa época. Ver: Engel (2001).

juntamente com aqueles casos que necessitavam de maior acompanhamento. É verificável, também, que muitos não possuíam qualquer grau de doença mental, como era o caso de Lima Barreto, supracitado.

Segundo Schwarcz (2017, p. 283), “[a] conclusão sobre a ‘moléstia’ e seu ‘tratamento’ é clara: alcoolismo cura-se com purgativo e ópio, medicamentos ministrados quase indiscriminadamente para outros diagnósticos”. Tal afirmativa se refere à análise realizada pela equipe médica sobre a situação do escritor.

Na ficha de cadastro, o descrevem como sendo de cor branca. No entanto, Lima Barreto era negro. Entende-se que boa parte da sociedade nessa época era extremamente preconceituosa em torno da questão racial. Posto isso, a abolição da escravatura no Brasil ainda era recente, havia ocorrido de forma definitiva no dia 13 de maio de 1888, depois de algumas leis sancionadas e forte pressão do exterior e de movimentos abolicionistas. Nesse sentido, era constante a tentativa de desmerecimento de algum negro que conseguia se destacar em meio a sociedade, seja através da arte, da imprensa, da política¹³, da escrita, enfim. Ou desmerecia-se o indivíduo, ou tentava-se embranquecer a figura. Pode ser que isso tenha ocorrido com o autor. Como descreve Schwarcz (2012, p. 79) “[a]í está essa maneira nacional de agenciar a cor, e hoje será difícil saber quem a atribuiu nesse momento: se o funcionário zeloso em ‘branquear’ a todos, ou o próprio escritor, que em sua literatura sempre destacou o fato de ser negro”.

No início de ambos os diários é ressaltada a questão da tentativa dos que eram responsáveis pelos hospícios de retirar tudo que aproximava o interno do lado de fora da instituição. Isso era mais do que modificar os pertences pessoais do interno, era a desfiguração do eu. Os internos eram padronizados e, na maioria das vezes, recebiam um número pelo qual era dado tudo aquilo que fosse aplicado pela equipe dirigente e o corpo médico. Barreto (2017, p. 34) fala sobre o fato em suas páginas: “[t]iram-nos a roupa que trazemos e dão-nos uma outra, só capaz de cobrir a nudez, e nem chinelos ou tamancos nos dão”. O autor, em uma de suas falas, compara o hospício a um cemitério, “[a]qui no Hospício, com as suas divisões de classe, de vestuário etc., eu só vejo um cemitério: uns estão de carneiro e outros de cova rasa” (BARRETO, 2017, p. 17).

¹³ Nessa época, ressalta-se que, Nilo Peçanha, que era afrodescendente, elegeu-se Presidente do Estado do Rio de Janeiro, posteriormente, em 1906 foi eleito vice-presidente do Brasil, assumindo o cargo de presidente em 1909, após a morte do Presidente Afonso Pena. Olhar: Silva; Carneiro (1983).

Enquanto Lima Barreto descreve o local em que estava internado como um “cemitério dos vivos”, Cançado (1979, p. 33) chama o hospício em que se encontrava de “cidade triste”; “[a]qui estou de novo nesta ‘cidade triste’, é daqui que escrevo. Não sei se rasgarei estas páginas, se as darei ao médico, se as guardarei para serem lidas mais tarde. Não sei se têm algum valor. Ignoro se tenho algum valor, ainda no sofrimento”. A autora também descreve as primeiras medidas pelas quais teve que passar dentro da nova instituição: “[a] guarda que me recebeu (monstro antediluviano), Cajé, me fez imediatamente trocar o vestido pelo uniforme do hospital. Enquanto trocava de roupa, recebia dela as intimidações” (CANÇADO, 1979, p. 31).

Essas instituições, conforme Goffman (1974, p. 16-17), eram tidas pela sociedade como “[...] locais estabelecidos para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são também uma ameaça à comunidade, embora de maneira não intencional; sanatórios para tuberculosos. Hospitais para doentes mentais e leprosários¹⁴”.

Sobre casos como o de Maura, que havia se internado por conta própria, Goffman (1974, p. 25) revela que “[...] quando a entrada é voluntária, o novato parcialmente já se afastara de seu mundo doméstico; o que é nitidamente cortado pela instituição é algo que já tinha começado a definhar”. A partir disso, o interno sofria ainda mais ao ver a retirada daquilo que por ventura seria o que havia sobrado de sua vida, ou seja, a sua identidade como ser humano. Por iguais razões, na maioria das vezes, passavam a ter restrição ao contato com pessoas do mundo exterior.

Dentro dessas instituições também era comum a adoção de rótulos aos pacientes, conquanto em muitas ocasiões eles se modificassem de acordo com o local em que o indivíduo estava internado. Cançado (1979, p. 42) indaga “[q]ual será o rótulo com o qual me obsequiará? Naturalmente não pretendo colaborar de maneira alguma para isto”. A escritora, que passou por muitos hospitais psiquiátricos revela que sua doença mental já havia sido rotulada de diversas formas: Epilepsia, paranoia, personalidade psicopática, psicose maníaco-depressiva, esquizofrenia catatônica... enfim, cada instituição a estigmatizava de uma forma diferente. Em relação ao estigma, conforme Goffman (1988, p. 37), “(...) há um conjunto de

¹⁴ No Brasil, no mesmo período em que existia os hospícios para o internamento de doentes mentais e pessoas tidas como indesejáveis, havia também os leprosários, que se constituíam em colônias para confinamento de quem era acometido da doença de lepra, que era contagiosa e que ainda não tinha tratamento hospitalar. Na atualidade essa doença é chamada de hanseníase, e possui tratamento. Para saber mais sobre a Lepra e os Leprosários no Brasil, consultar: Carvalho (2016); Castro (2017); e Maciel (2007).

indivíduos dos quais o estigmatizado pode esperar algum apoio: aqueles que compartilham seu estigma e, em virtude disto, são definidos e se definem como seus iguais”.

Em relação a sua internação voluntária, em uma passagem datada de 25 de novembro de 1959, a autora desabafa “[e]stou de novo aqui, e isto é – Por que não dizer? Dói. Será por isto que venho? – Estou no Hospício, deus” (CANÇADO, 1979, p. 29). Pode-se considerar como um dos motivos para querer estar dentro dessas instituições a tentativa da escritora de fugir do mundo externo, como ela dizia, a tentativa de “fuga da loucura”. Diante de tais considerações, a própria autora escreve “[a]cho-me na seção Tillemont Fontes, Hospital Gustavo Riedel, Centro Psiquiátrico Nacional, Engenho de Dentro, Rio. Vim sozinha. O que me trouxe foi a necessidade de fugir para algum lugar, aparentemente, fora do mundo” (CANÇADO, 1979, p. 30).

Outro importante ponto que é passível de destaque é o fato de que, dependendo do local e da situação financeira do paciente, o tratamento poderia ser feito de modo diferente. A escritora que esteve internada em instituições particulares, quando tinha boa condição financeira, traça um paralelo de tais locais em relação aos hospitais públicos, sempre ressaltando que nos hospitais particulares era mais bem tratada.

Lima Barreto, de dentro do hospital em que estava internado também constata que “[o]s guardas em geral, principalmente os do Pavilhão e da seção dos pobres, têm os loucos na conta de sujeitos sem nenhum direito a um tratamento respeitoso, seres inferiores, com os quais eles podem tratar e fazer o que quiserem” (BARRETO, 2017, p. 66). Essa sensação de impotência por parte do interno ao ver algo que, para ele, é errado, é explicado por Goffman (1974, p. 38),

(...) a exposição das relações das pessoas pode ocorrer em formas ainda mais drásticas, pois pode haver ocasiões em que um indivíduo testemunha um ataque físico a alguém com quem tem ligações, e sofre a mortificação permanente de nada ter feito (e outros saberem que nada fez) (GOFFMAN, 1974, p. 38).

Dentre as situações degradantes a que os internos eram frequentemente submetidos, talvez uma das mais graves fosse a forma como essas pessoas eram alojadas, pois estavam em constante possibilidade de contraírem alguma doença. Além desse fator, dentro das instituições existia constante vigilância, não podendo o paciente ficar sozinho e ter o seu momento de privacidade. Posto isso,

[o]s princípios do isolamento, da organização do espaço terapêutico, da vigilância e distribuição do tempo regem a totalidade da vida dos alienados, atingem cada minuto de sua existência. Ao mesmo tempo que circunscrevem individualmente o alienado, percorrendo a minúcia de seus corpos, de seus gestos, estes princípios dizem respeito a população que vive no hospício. Estabelecendo normas de comportamento, intervindo para que estas normas sejam interiorizadas, transformando e criando a docilidade, a obediência, eles funcionam para toda a coletividade que habita o hospício (MACHADO et al., 1978, p. 443).

Dessa forma, as fugas, os suicídios, ou tudo aquilo que ocorria de maneira imprópria dentro do hospício, seria denominado falhas de vigilância. Através disso, “[o] louco deve ser vigiado em todos os momentos e em todos os lugares. Deve estar submetido a um olhar permanente” (MACHADO, et al., 1978, p. 435). Em uma passagem de seu diário, Limas Barreto que já estava em sua segunda internação, escreve sobre um desses episódios transgressores, “[o]ntem, matou-se um doente, enforcando-se. Escrevi nas minhas notas: ‘Suicidou-se no Pavilhão um doente. O dia está lindo. Se voltar a terceira vez aqui, farei o mesmo. Queira Deus que seja um dia tão belo como o de hoje’.” (BARRETO, 2017, p. 68). Esse desabafo do escritor pode ser entendido como uma forma de rejeição tanto à estrutura física da instituição quanto ao tratamento disponibilizado, já que

[s]e as condições físicas do local estavam longe de se mostrarem adequadas, também a situação dos “colegas” de instituição incomodava demais a Lima. Ora taciturnos, ora agressivos; por vezes calados, em outros momentos loquazes; humildes ou com mania de grandeza. Essa variedade de “estados de alma” pode ser atestada no caderno do Pavilhão de Observação, onde fica guardado o registro de uma série de pacientes que, como Lima, podem ter lutado contra o anonimato (SCHWARCZ, 2017, p. 284-285).

O escritor ainda confessa: “(...) queria matar em mim todo o desejo, aniquilar aos poucos a minha vida e sumir-me no todo universal. Esta passagem várias vezes no Hospício e outros hospitais deu me não sei que dolorosa angústia de viver que me parece ser sem remédio a minha dor” (BARRETO, 2017, p. 67).

O interno também era julgado e punido quando realizava algo desordenado, ou que acarretasse algum tipo de confusão que teria que ser resolvida pela equipe dirigente. Um desses episódios é descrito por Maura Lopes Cançado. “Hoje briguei no refeitório. Atirei um prato de comida no rosto da copeira. Já fiz isto muitas vezes. Em nenhum lugar do mundo entenderia esta minha atitude a não ser aqui. Onde somos tratadas aos gritos e empurrões – razão de estarmos sempre de prontidão” (CANÇADO, 1979, p. 51). Entretanto, essas atitudes sempre eram repreendidas. Existiam várias formas de punição aos internos, como eletrochoque ou isolamento em uma cela sem a mínima condição necessária de higiene e

ventilação, espaço esse chamado de “quarto - forte”. A autora, em seu diário, em 26 de outubro de 1959, apresenta uma dessas formas de represália:

Fez o eletrochoque por vingança e para castigar-me. Este método é muito usado pelos psiquiatras, sei. Eletrochoque devia ser tratamento, e não instrumento de vingança em mãos de irresponsáveis. Mas, aqui, até as guardas ameaçam doentes com eletrochoques, trazendo-as em constante estado de tensão nervosa (CANÇADO, 1979, p. 46).

As medidas deveriam servir de exemplo para os demais que, por algum motivo, tentassem desacatar as ordens vigentes no hospício. Percebe-se que havia intensos conflitos e medição de forças, sendo que, apesar das experiências trocadas entre o paciente e os funcionários, essas relações de poder pendiam para a equipe dirigente. Em outra passagem, Cançado (1979, p. 46) fala que esteve castigada no quarto - forte por várias vezes, ficando vinte e quatro horas sem comer nem beber, nua no cimento. “No dia seguinte”, as guardas mandavam que dois doentes a levassem para o banho, ainda nua, eles abusavam de sua nudez “enquanto elas riam muito divertidas”.

Apreende-se, por meio da pesquisa, que a pior parte enfrentada pelos internos nesses locais era referente ao dito “tratamento”. Em muitas ocasiões, eram infligidas agressões tanto físicas quanto mentais aos internos. Em diversas instituições havia reclamações por falta de higiene e por precariedade da comida, que era tida como de péssima qualidade.

Muitos espaços em que eram construídas tais instituições não gozavam de nenhuma estrutura para abrigar de forma correta os pacientes, em uma das passagens de seu diário, Maura desabafa

[f]az muito frio. Estou em minha cama, as pernas encolhidas sob o cobertor ralo. Escrevo com um toquinho de lápis emprestado por minha companheira de quarto, dona Marina. O quarto é triste e quase nu: duas camas brancas de hospital. Meu vestido é apenas o uniforme de fazenda rala sobre o corpo. Não uso *soutien*, lavei-o, está secando na cabeceira da cama. Encolhida de frio e perplexidade, procuro entender um pouco. Mas não sei. É hospício, deus – e tenho frio (CANÇADO, 1979, p. 34).

É importante destacar que as instituições para doentes mentais do período aqui pesquisado, ou seja, do final do Século XIX e Século XX, procuravam fazer com que o interno estivesse sempre em constante medo, conforme Goffman (1974, p. 29) “[p]ancadas, terapia de choque, ou, em hospitais para doentes mentais, cirurgia – qualquer que seja o objetivo da equipe diretora ao dar tais serviços para os internados – podem levar estes últimos a sentirem que estão num ambiente que não garante sua integridade física”.

É, também, necessário ter em mente que as queixas feitas pelos internos em relação à equipe dirigente, enfermeiras e corpo médico, geralmente não eram recebidas com bons olhos. A própria condição do interno era, convenientemente, utilizada para lhe desmerecer em relação as suas queixas. Além disso, na maior parte do tempo, quem tinha contato com os pacientes eram as enfermeiras. É possível constatar a indiferença da parte dos profissionais em relação à situação vivida pelos alienados nas linhas de Maura Lopes Cançado.

De manhã um frêmito desperta o ambiente quando os médicos chegam. Limpos, os jalecos brancos distinguindo-os como um nascer de esperança. Algumas mulheres ansiosas se manifestam, de uma ou outra forma. E guardas adoçam a voz, terrivelmente hipócritas, conduzindo com paciência fingida alguma doente para o consultório. O médico, tocado pelo que trouxe de fora e na impaciência de voltar, atende apressado. Cada vestido cinzento é a repetição monótona de tantos casos por ele observados (CANÇADO, 1979, p. 78).

Como ressalta a escritora, os médicos quase não tinham contato com os internos, sempre visitavam de forma rápida as alas, e ouviam geralmente o que as enfermeiras tinham para dizer sobre os casos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por este estudo, se fez possível averiguar sucintamente a trajetória de vida dos autores Barreto e Cançado, e o primeiro contato deles com os hospícios brasileiros. O trabalho em questão reafirma e solidifica a noção de que os diários escritos dentro de hospícios são uma importante fonte para a análise da história, uma vez que descrevem aquilo que escritores não só presenciaram, mas também experimentaram nesses locais. Graças às anotações feitas por aqueles que viveram e sentiram a realidade manicomial, os primeiros procedimentos e até o dito “tratamento” exercidos em determinado momento histórico nas instituições psiquiátricas puderam ser expostos e analisados ao longo da pesquisa.

Conclui-se, enfim, diante do exposto, que o texto auxilia para a obtenção de conhecimento sobre os debates que ocorrem ao longo da história relacionados ao tratamento mental, uma vez que, indubitavelmente, após a elaboração dessa pesquisa foi possível entender como eram as relações dentro de instituições psiquiátricas brasileiras do final do século XIX e início do Século XX.

REFERÊNCIAS BIBLIORÁFICAS

ABDO, Humberto. 6 reflexões para entender o pensamento de Carl Jung. **Revista Galileu**. 23 Fev. 2017. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2017/02/6-reflexoes-para-entender-o-pensamento-de-carl-jung.html>. Acesso em: 5 mai. 2020.

AMARANTE, Paulo. (coord.) **Loucos pela vida**: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1995.

ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. 8 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

BARRETO, Lima. **Diário do Hospício; O cemitério dos vivos**; prefácio Alfredo Bosi; organização e notas Augusto Massi, Murilo Marcondes de Moura. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BRASIL. Lei Nº 10.216, 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Presidência da República do Brasil**, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm>. Acesso em: 27 mar. 2020.

_____. Portaria nº 336, de 19 de fevereiro de 2002. Considerando a Lei 10.216, de 06/04/01, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Ministério da Saúde**, 2002. Disponível em: <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/gm/2002/prt0336_19_02_2002.html>. Acesso em: 31 mai. 2021.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Secretária de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Saúde Mental no SUS: os Centros de Atenção Psicossocial. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.ccs.sau.gov.br/sau_mental/pdf/sm_sus.pdf. Acesso em: 27 mar. 2020.

CANÇADO, Maura Lopes. **Hospício é Deus**: diário I. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1979.

CARVALHO, Keila Auxiliadora. **Colônia Santa Izabel**: história e memória do isolamento compulsório de doentes de lepra. 1 ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

CASTRO, Manuela. **A praga**. São Paulo: Geração Editorial, 2017.

ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios da razão**: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Doença mental e psicologia**. Tradução de Lilian Rose Shalders. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1975.

_____. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

GUATTARI, Félix. **Revolução molecular**: pulsações políticas do desejo. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

JUCÁ, Vlória. A cura em saúde mental: história e perspectivas atuais. In: WADI, Yonissa Marmitt; SANTOS, Nádia Maria Weber (Org). **História e Loucura**: saberes, práticas e narrativas. Uberlândia: Edufu, 2010, v. 1, p. 307-330.

LOUGON, Maurício. **Psiquiatria institucional**: do hospício à reforma psiquiátrica. 20. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. (Coleção Loucura e Civilização).

MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. **Danação da norma**: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MACIEL, Laurinda Rosa. **Em proveito dos sãos, perde o lázaro a liberdade**: uma história das políticas públicas de combate à lepra no Brasil (1941-1962). Tese de doutorado em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007, 374p.

MELO, Walter. Nise da Silveira e o campo da Saúde Mental (1944-1952): contribuições, embates e transformações. **Mnemosine**, vol.5, nº2, Rio de Janeiro, 2019, p. 30-52.

NASCIMENTO, Jonas; LEON, Ana Terra de; PERIN, Iara Steirner. Delírios e lembranças: os registros de um hospital psiquiátrico. **Revista História Catarina**, ano VII, n. 51, Lages, 2013, p. 24-28.

ROTTERDÃ, Erasmo de. Elogio da loucura. In: **Os grandes clássicos da literatura**, v. 3. São Paulo: Novo Brasil editora brasileira, 1982.

SANTOS, Nádia Maria Weber. Psiquiatria e história cultural: a literatura como fonte e a loucura como objeto. In: WADI, Yonissa Marmitt; SANTOS, Nádia Maria Weber. (Org). **História e Loucura**: saberes, práticas e narrativas. Uberlândia: Edufu, 2010, v. 1, p. 253-285.

SCHWARCZ, Lilia. Moderna República velha: um outro ano de 1922. **Revista IEB**, n. 55, São Paulo, 2012, p. 59-88.

_____. **Lima Barreto**: triste visionário. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **Os Presidentes**: Nilo Peçanha, 7º Presidente do Brasil. São Paulo: Três, 1983.

SOUZA, Edivaldo Rafael de; SANTOS, Roberto Carlos dos. Maura Lopes Cançado: entre memórias e experiências (São Gonçalo do Abaeté -MG/1929-1950). **Revista Perquirere**, v. 14, nº 3, Patos de Minas, Set/Dez, 2017, p. 79-97.

SOUZA, Edivaldo Rafael de; SILVA, Paulo Sérgio Moreira da. Vida e obra de Maura Lopes Cançado na imprensa carioca (Rio de Janeiro, 1958-1994). **Revista Perquirere**, v. 15, nº 2, Patos de Minas, Mai/Ago, 2018, p. 342-357.

Artigo recebido em maio de 2020. Aprovado em agosto de 2020.